

Eitar problema cambial, objetivo do corte de 80%

ESTADO DE SÃO PAULO

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

10 FEVEREIRO 1985

será liberada em março, conforme o previsto.

Isso vai complicar a aprovação do programa de 85 que, por sua vez, é condição imprescindível para que os bancos credores aceitem fechar o acordo de renegociação da dívida externa. A vinda da missão do FMI ao Brasil ainda não está marcada e, desta vez, não contará com a presença da chilena Ana Maria Jull. Também não está marcada a reunião de diretoria do FMI para examinar a sétima Carta de Intenções, que foi enviada no começo de janeiro.

CORTE NECESSÁRIO

Assim, as autoridades econômicas explicam que só houve mesmo uma saída: mostrar ao FMI que o cumprimento de compromissos pode ser feito pelo Brasil. Os resultados são animadores: em janeiro, não houve expansão monetária, conforme indicam as estimativas preliminares e, para este mês, espera-se o mesmo. Em compensação, os bancos federais não vão emprestar e as empresas estatais terão que economizar drasticamente para obter superávit, que será utilizado na compra de títulos públicos.

Não foi fácil a adoção do corte de 80% nos gastos públicos neste primeiro trimestre. Na reunião de quarta-feira, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sob o comando do ministro interino da Fazenda, Malfon da Nóbrega, pelo menos um secretário-geral levantou-se com a seguinte argumentação: por que o governo Figueiredo sofrer desgastes, não liberando os recursos, e deixando que a oposição fature com isso em março? Nem mesmo a explicação do compromisso com o FMI o convenceu.

De fato, uma fonte do Ministério da Educação e Cultura confirmou que o Ministério da Fazenda tem mostrado extrema rigidez na liberação dos recursos, tanto que de Cr\$ 350 bilhões previstos para a compra de merenda escolar neste trimestre serão liberados apenas Cr\$ 90 bilhões. Alguns ministérios tentaram ter verba liberada para fazer compras para o ano todo.

ACORDO COM O FMI

Em decorrência da excessiva expansão monetária de 38% em dezembro e do estouro na meta nominal do déficit público — em consequência da inflação de 230%, quando a meta prevista era de 194% — o governo brasileiro comprometeu-se com o FMI a fazer uma compensação neste primeiro trimestre.

Uma missão do FMI virá nos próximos dias ao Brasil, para saber o que de fato ocorreu no final de 1984, que resultou nos estouros. Voltará a Washington para fazer um relatório, que permitirá à diretoria conceder ou não waiver (perdão) ao Brasil, pelo não cumprimento das metas. Se o waiver não for concedido, a parcela de US\$ 400 milhões não



Dornelles, virtual ministro, foi comunicado previamente